Fatores que favorecem a compreensão da extensão da divulgação sobre Partes Relacionadas – estudo nas companhias listadas no novo mercado da BM&FBovespa

Renata Luciana dos Reis Magalhães - Mestranda
Universidade Federal de Minas Gerais
renata@reisauditores.com.br

Laura Edith Taboada Pinheiro – Doutora
Universidade Federal de Minas Gerais
ltaboada@face.ufmg.br

Wagner Moura Lamounier – Doutor
Universidade Federal de Minas Gerais
wagner@face.ufmg.br

Resumo:
A divulgação disponibilizada ao público usuário pelas empresas é fator fundamental do processo decisório. Este estudo, partindo da teoria da divulgação e da importância da redução da assimetria entre administradores e investidores, pesquisou fatores que seriam capazes de influenciar na extensão da divulgação sobre partes relacionadas nas notas explicativas das empresas listadas no Novo Mercado da BMeFBovespa – segmento de onde são prometidas melhores práticas de governança corporativa. Atribuindo-se pontuação às divulgações encontradas nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2010 procurou-se relacioná-las com potenciais fatores explicativos como tamanho da empresa, resultado da equivalência patrimonial, setor de atuação e tempo de existência da empresa. Foram aplicadas técnicas estatísticas sendo possível inferir que a explicação para maiores ou menores níveis de evidenciação advém, em parte, do tempo de existência da companhia no mercado empresarial. Percebeu-se também que empresas do setor de bens de consumo cíclicos apresentam maior divulgação se comparada ao nível de divulgação das empresas do setor de construção e transportes. Concluiu-se ainda que não existem evidências estatísticas de influência sobre a divulgação de partes relacionadas de fatores como o tamanho da empresa e o resultado da equivalência patrimonial. Destaca-se a percepção de que, das demonstrações encerradas em 31/12/2010 pelas empresas pertencentes ao Novo Mercado da BM&FBovespa, nenhuma apresentou na íntegra as determinações de divulgação sobre partes relacionadas, da forma exigida pelo CPC 05, aprovado pela deliberação CVM n° 642/2010.

Palavras-chave: Partes relacionadas, evidenciação, governança corporativa, conflitos de interesse.

Área Temática: Contabilidade Financeira

1 Introdução e Contextualização

A contabilidade no Brasil vem passando por um processo de completa redefinição na busca pela padronização dos seus procedimentos perante as normas internacionais vigentes e uma das principais alterações promovidas é o aprimoramento do conteúdo informacional das notas explicativas.

A partir deste processo, as normas brasileiras ora convergentes às normas internacionais, tendem a priorizar a essência sobre a forma, o julgamento do profissional

contábil sobre a realidade econômica do fato e a transparência para o investidor, definindo ainda os itens de divulgação obrigatória.

O objetivo e conseqüência inevitáveis desta normatização é o alcance da simetria da informação contábil disponibilizada ao usuário, em especial o investidor, servindo de parâmetro para a alavancagem de investimentos.

Dentro deste contexto de convergência às normas contábeis internacionais de divulgação sobre partes relacionadas, a Comissão de Valores Mobiliários, através da Deliberação 560/2008, posteriormente revogada pela Deliberação 642/2010 aprovou o CPC 05 e sua primeira revisão, respectivamente.

O Pronunciamento Técnico CPC 05, versão inicial, trouxe como inovação a mudança no conceito de parte relacionada incluindo pessoas físicas e jurídicas que possuam relacionamento com o controle e com a gestão, definindo ainda os itens mínimos que deverão ser objeto de divulgação.

As transações entre partes relacionadas merecem atenção especial dos investidores e demais usuários por poderem se apresentar como um dos principais caminhos para a obtenção dos benefícios privados do controle. Diversos escândalos corporativos ocorridos desde a década passada destacaram a importância das chamadas transações com partes relacionadas no âmbito da governança corporativa. Tais operações foram responsáveis, ao menos parcialmente, por casos como Enron (transações com sociedades de propósito específico), Worldcom (empréstimos para executivos), Parmalat (empréstimos para empresas de posse do controlador) e Agrenco (canalização de recursos via operações comerciais para empresas de administradores), entre outras.

Segundo Baptista (2009), os lucros da Enron eram ilusórios, a empresa efetivamente transacionava com ela mesma por meio de entidades de propósitos específicos não consolidadas, reconhecendo ganhos em transações que não tinham substância econômica.

Nestas transações, o potencial conflito decorre do possível descompasso entre a decisão que maximizaria o valor da companhia e a decisão que maximiza o resultado pessoal daqueles que efetivamente têm o poder decisório. Exemplo típico desta situação conflituosa são os contratos entre empresas de um mesmo grupo econômico firmados em condições diferentes das praticadas no mercado, favorecendo os controladores do grupo. Nesta hipótese, o controlador pode auferir benefícios que não são compartilhados com os demais acionistas.

É relevante, portanto, o estudo de quais fatores influenciam as Companhias no sentido de oferecer maior ou menor detalhe de divulgação sobre suas partes relacionadas. Os instrumentos de comunicação da contabilidade com o mercado de capitais são as demonstrações contábeis, aí incluídas as Notas Explicativas e são reconhecidos pelos investidores como tal e, portanto, devem estar sob constante aprimoramento e estudo pela comunidade acadêmica.

É neste sentido que o problema de pesquisa ora proposto pretendeu identificar e entender **quais fatores influenciam e, portanto, favorecem a compreensão do comportamento das empresas listadas no Novo Mercado da BMeFBovespa, no que se refere às políticas de divulgação sobre partes relacionadas, dentro de um contexto de adoção das normas internacionais, considerando-se informações obrigatórias.**

A análise envolvendo as empresas listadas no Novo Mercado da BMeFBovespa se deu em razão da pressuposição de que as empresas com melhores níveis de Governança Corporativa têm maior compromisso com a transparência e a prestação de informações confiáveis e úteis aos usuários das Demonstrações Contábeis.

A busca de explicação sobre as políticas de divulgação de informações financeiras adotadas pelas companhias tem sido objeto de diversos estudos, ou seja, busca-se conhecer a motivação para que determinada informação seja disponibilizada nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis. Cronologicamente, foram localizadas pesquisas de Bueno (1999),

Malacrida e Yamamoto (2006), Lima (2009), Silveira et al (2009), Braga, Oliveira e Salloti (2009) e Ponte et al (2010).

Bueno (1999) abordou a divulgação das empresas brasileiras no mercado brasileiro e norte-americano. Malacrida e Yamamoto (2006) analisaram se o nível de evidenciação de informações contábeis apresentadas pelas empresas componentes do Ibovespa influencia a volatilidade do retorno de suas ações quando negociadas na Bovespa. Lima (2009) utilizou a Teoria da Divulgação para avaliar a relação do nível de *disclosure* com o custo da dívida das empresas brasileiras. Silveira et al (2009) estudou as transações com partes relacionadas, estratégias jurídicas e suas relações com a governança corporativa, concluindo que as obrigações de divulgação não são completamente cumpridas pelas companhias, ainda que abertas e com negociações de suas ações no Novo Mercado. Braga, Oliveira e Salloti (2009) avaliaram empiricamente a influência de determinadas variáveis sobre o nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras a partir da Teoria da Divulgação. Ponte et al (2010) levantaram o grau de cumprimento das orientações de divulgação definidas no CPC 13 pelas companhias listadas na BMeFBovespa e investigou se existiu uma maior observância pelas empresas dos níveis diferenciados de governança corporativa.

Diante de todo o exposto, o presente estudo é relevante por contribuir para a análise das demonstrações contábeis pelos usuários externos, viabilizando a leitura nas entrelinhas das razões e políticas que levaram à divulgação da informação sobre partes relacionadas, buscando entender se tal informação está completa. Além disso, percebe-se a pouca existência de estudos, até o momento, sobre este objeto específico – Partes Relacionadas, contribuindo então para o desenvolvimento da ciência contábil.

2 Referencial Teórico

2.1 Informação Contábil e Governança Corporativa

A contabilidade representa um instrumento de gestão cada vez mais valorizado pela sociedade brasileira, diante da necessidade cada vez mais premente de busca pela informação confiável e fidedigna.

Hoog (2007) expõe que a contabilidade tem por função ser a mais precisa das ferramentas para as gestões econômica, financeira, administrativa, social e ambiental.

O meio através do qual a contabilidade consolida e estrutura os dados registrados, transformando-os em informações úteis para a tomada de decisão por seus usuários, são as Demonstrações Contábeis, conseqüência da estruturação dos sistemas de informações contábeis, aí incluídas as notas explicativas, para fins gerenciais e legais.

Ressalta-se que uma Demonstração Contábil não tem um fim em si mesma, ela precisa ir além dos dados e fornecer ao usuário informações úteis e fidedignas para a tomada de decisões.

Nestes termos é que Beuren (2004) expõe que no mundo do conhecimento, em que predominam as novas tecnologias da comunicação e da informação, a Contabilidade afirma-se definitivamente como ciência. O patrimônio e suas variações, objeto de estudo da contabilidade, adquire cada vez mais a forma intangível e proporciona extraordinários questionamentos sobre a determinação de seu valor. Numa sociedade em que a riqueza das pessoas e das organizações flui instantaneamente, o problema de sua mensuração tornou-se também imenso desafio.

O objeto desta pesquisa passa pela assimetria da informação, presente nas companhias, quando os agentes ligados às empresas passam a defender interesses conflitantes aos dos proprietários acionistas.

Lima (2009) afirma que a evidenciação possui papel essencial na redução da assimetria informacional existente entre a empresa e os *stakeholders* e é tido como uma das

principais formas de comunicação entre a empresa e os diversos usuários interessados em avaliar o desempenho da administração. Complementa ainda que pesquisadores na área de contabilidade têm estudado a existência de associação entre características empresariais e divulgações dos relatórios anuais corporativos desde 1961, das empresas com finalidades lucrativas. Os achados têm demonstrado que, dentre as características estudadas, o tamanho da empresa está associado significativamente com níveis de divulgação.

Macagnan (2009) expõe ainda que a evidenciação da informação seria constituída como uma das condições para a redução da assimetria de informação, permitindo uma valorização mais ajustada aos interesses do gestor e do investidor.

Desta forma, a teoria contábil tem firmado a posição de que a evidenciação contábil, seja de informações compulsórias ou voluntárias, é o meio disponível para maiores índices de governança e para redução da distância informacional acessível a gestores e a usuários externos em geral, especialmente os investidores.

Ponte et al (2010) ressalta a utilidade informacional da contabilidade, que, variando nos ambientes legais predominantes nos diferentes países, pode ser diretamente impactada pelos mecanismos de governança corporativa, enquanto instrumentos de proteção dos investidores, em relação aos administradores e a acionistas principais, em razão tanto dos conflitos de agência quanto de problemas da assimetria de informação. Entretanto, os mecanismos de governança corporativa também variam em função de sistema legal, ambientes institucionais, aspectos culturais e históricos e nível de atuação dos mercados de capitais dos diversos países onde as empresas operam.

Para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2002, apud Malacrida e Yamamoto, 2006) governança corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital.

De acordo com o IBGC (2004, apud Malacrida e Yamamoto, 2006), na teoria econômica tradicional, a governança corporativa surge na tentativa de superar o chamado ‘conflito de agência’, presente a partir do fenômeno da separação entre a propriedade e a gestão empresarial. O acionista, titular da propriedade, delega ao administrador (agente) o poder de decisão sobre essa propriedade. Neste momento surgem os chamados conflitos de agência, pois os interesses daquele que administra a propriedade nem sempre estão alinhados com os de seu titular. Sob a perspectiva da teoria da agência, a preocupação maior é criar mecanismos eficientes (sistemas de monitoramento e incentivo) para garantir que o comportamento dos executivos esteja alinhado com o interesse dos acionistas.

Com estas citações é perceptível o objetivo do surgimento das práticas de governança corporativa: controle dos negócios, tanto pelos administradores quanto pelos investidores, na medida em que permite identificar e solucionar prováveis conflitos de agência que podem surgir, em especial envolvendo partes relacionadas.

Comprovando este entendimento, Tirole (2001, apud Malacrida e Yamamoto, 2006) explana que atualmente, é conhecido que os gestores podem realizar ações que podem prejudicar os acionistas: podem não se esforçar o suficiente, podem fazer vista grossa às falhas nos controles internos, obter benefícios pessoais com a construção de impérios, ou até desviarem recursos da firma por meio da manipulação dos fundos de pensão, com o pagamento de preços de transferência inflados a partes relacionadas ou com o exercício de *insider trading*.

2.2 Teoria da Divulgação

Segundo Lima (2009) a divulgação das informações, positivas e negativas, evidencia o nível de accountability pública para com os usuários da informação e enfatiza que: para a

garantia da "transparência", faz-se necessário que as empresas divulguem tanto as informações "positivas" como também as "negativas" (GOULART, 2003, apud LIMA, 2009).

Uma das categorias amplas de pesquisa sobre *disclosure* na contabilidade é apresentada por Verrechia (2001, apud Lima, 2009):

> Pesquisa baseada na discricionariedade do *disclosure* (discretionary-based disclosure) – procura identificar os motivos da divulgação, busca identificar por que os gestores e/ou as empresas decidem divulgar determinadas informações. Uma das questões fundamentais para o entendimento desse tipo de pesquisa está relacionada ao problema da seleção adversa, onde a informação não divulgada passa a ser interpretada como uma informação não favorável. Exemplificando, se uma empresa tem boas perspectivas financeiras para os próximos anos ela tem um incentivo maior em divulgar em detalhes essas perspectivas, pois acredita que os custos da divulgação seriam menores que os benefícios e também porque a não divulgação da informação poderia levar o mercado a interpretar que as perspectivas financeiras para os próximos anos não são boas. Em sentido contrário, ou seja, se as perspectivas financeiras da empresa para os próximos anos são ruins, então não vale a pena ela incorrer em custos de divulgação haja vista que a não divulgação já levará o mercado a interpretar dessa forma.

Verrechia e Dye (2001, apud Lima, 2009) concordam ainda que atenção especial deve ser dada para estudos sobre a eficiência do *disclosure* obrigatório.

2.3 Partes Relacionadas e Divulgações Obrigatórias

A Deliberação CVM n˚ 560/2008, atualizada pela Deliberação 642/2010, recepcionam o pronunciamento técnico, CPC 05, dispondo sobre a divulgação sobre partes relacionadas e reforçando que o objetivo desta Norma é assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade de o balanço patrimonial e a demonstração do resultado da entidade estarem afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com referidas partes relacionadas.

O CPC 05 realça que os relacionamentos com partes relacionadas são uma característica normal do comércio e dos negócios, podendo ser freqüente a realização de atividades por meio de controladas, empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) e coligadas e, nesta situação, a entidade tem a capacidade de afetar as políticas financeiras e operacionais da investida por meio de controle ou influência significativa. A preocupação, portanto, é porque as partes relacionadas podem praticar transações que partes não relacionadas não praticariam.

A norma aponta ainda que a demonstração do resultado e o balanço patrimonial da entidade podem ser afetados por um relacionamento com partes relacionadas mesmo que não ocorram transações com essas partes relacionadas.

A referida norma aponta o significado de diversos termos, em especial:

> Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis (nesta Norma, tratada como "entidade que reporta a informação").
>
> ...
>
> Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. (DELIBERAÇÃO CVM n˚ 642/2010).

A Deliberação 642/2010 descreve analiticamente as situações objeto de divulgação no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Notas Explicativas, cujas informações são consideradas pelo órgão normatizador como conteúdo essencial a ser disponibilizado aos usuários das demonstrações contábeis publicadas, necessárias para a compreensão do potencial efeito desse relacionamento nas demonstrações contábeis.

Assim, por poder afetar as decisões dos usuários das demonstrações contábeis, inclusive as avaliações dos riscos e das oportunidades com os quais a entidade se depara, é essencial tornar pública a informação das transações, dos saldos existentes, inclusive de compromissos e dos relacionamentos da entidade com partes relacionadas. Considera-se igualmente importante a informação em Nota Explicativa de que determinada informação requerida pela norma não é aplicável àquela entidade específica.

Para os fins desta pesquisa será considerada a primeira versão do CPC 05, aprovada pela Deliberação CVM 560/2008, em razão de ser esta versão a aplicável às demonstrações contábeis do exercício de 2010, objeto deste estudo.

Os itens 12 a 23 do CPC 05 regulamentam as divulgações obrigatórias para todas as entidades, vigentes até o exercício de 2010, como:

a) Relacionamento entre controladora e controlada independentemente de ter havido ou não transações entre essas partes relacionadas;
b) Remuneração do pessoal chave da administração no total e para cada uma das categorias que menciona;
c) Natureza do relacionamento entre as partes relacionadas, assim como as informações sobre as transações e saldos existentes, incluindo cobertura de seguro, natureza da remuneração a ser paga e quaisquer garantias dadas ou recebidas; além da provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes; e a despesa reconhecida durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas.
d) Participação de controladora ou controlada em plano de benefícios definidos que compartilha riscos entre entidades do grupo;
e) Transações atípicas com partes relacionadas após o encerramento do exercício ou período; e

Reconhecidos como principais relacionamentos de partes relacionadas, as operações entre coligadas e controladas são objeto de regulamentação da Deliberação CVM n° 605/2009 – CPC 18, que apresenta, dentre outras, as seguintes definições:

> *Coligada* é uma entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, sobre a qual o investidor tem influência significativa e que não se configura como controlada ou participação em empreendimento sob controle conjunto (*joint venture*).
>
> *Influência significativa* é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.
>
> *Controlada* é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

3 Metodologia

3.1 Caracterização da Pesquisa

Quanto aos objetivos, utilizando-se da tipologia apresentada por Beuren (2004) pode-se classificar a pesquisa como descritiva, em razão de seu principal objetivo ser descrever

características de determinada população e estabelecer relações entre as variáveis. Serão ainda utilizadas técnicas padronizadas de coletas de dados.

De forma análoga, Andrade (2002, apud BEUREN, 2004) destaca que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa será considerada bibliográfica e documental. Bibliográfica, no que se refere a um breve estudo das normas contábeis pertinentes e técnicas estatísticas adequadas à pesquisa que se pretende realizar. Documental na medida em que trabalhará com demonstrações contábeis da amostra selecionada.

Segundo Silva e Grigolo (2002, *apud* BEUREN 2004), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada e visa selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, extraindo dela algum sentido e introduzindo-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

Quanto à abordagem do problema a pesquisa será quantitativa, pois se caracteriza pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc (RICHARDSON, 1999, apud BEUREN, 2004).

A presente pesquisa caracteriza-se ainda como teórico-empírica. Segundo Demo (1985) assim é caracterizada aquela produção científica que busca conhecer a realidade incluindo neste ato um trabalho teórico e um trabalho empírico. Nesta linha, esta pesquisa se embasará no referencial teórico para entender a realidade encontrada, realizando estudos e confrontos.

3.2 Instrumentos de Pesquisa

Instrumento de pesquisa que será utilizado é a coleta de dados em documentos de fontes primárias, ou seja, pesquisa documental. Serão analisadas as Demonstrações Financeiras Padronizadas e outras informações disponíveis no sítio eletrônico da BM&FBOVESPA, além de eventuais informações disponíveis nos sítios eletrônicos das empresas objeto do estudo, participantes do segmento especial de governança corporativa – Novo Mercado, além de publicações em jornais e mídias impressas em geral.

3.3 Objeto de Estudo e Definição da Amostra

O objeto do presente estudo considerou como amostra as empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA enquadradas no segmento especial de governança corporativa – Novo Mercado – NM.

Empresas listadas nesse segmento se comprometem a oferecer aos seus acionistas investidores melhores práticas de governança corporativa na busca de maior transparência das companhias, com divulgação de maior volume de informações e de melhor qualidade.

A escolha deste segmento se deu em razão de tratar-se do grupo de empresas que assume um compromisso voluntário, devidamente formalizado em contrato entre a BM&FBOVESPA, a Companhia, seus administradores, conselheiros fiscais e controladores. Tal compromisso é de observar o Regulamento de Listagem do segmento específico, que consolida os requisitos que devem ser atendidos pelas Companhias listadas naquele segmento.

Os compromissos podem ser de nível 1, nível 2 ou Novo Mercado, sendo que as de nível 2 se comprometem a cumprir as regras aplicáveis ao Nível 1 e, adicionalmente, as participantes do Novo Mercado, cumprem todas as exigências de nível 2 e ainda são obrigadas a manter no capital social somente ações ordinárias, sendo essa a principal inovação

em relação à legislação. A empresas de nível 2 podem manter no capital, também, ações preferenciais.

A premissa básica do NM é de que a valorização e a liquidez das ações são influenciadas positivamente pelo grau de segurança oferecido pelos direitos concedidos aos acionistas e pela qualidade das informações prestadas pelas companhias.

Além de ter que manter somente ações ordinárias no capital social, as companhias abertas listadas no NM têm como obrigações principais e que comungam com os objetivos deste trabalho, a evidenciação do relacionamento com partes relacionadas, além de:

a) Melhorias das informações prestadas, adicionando às Informações Anuais a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos de acionistas do Conselho Fiscal, bem como a evolução dessas posições;
b) Divulgação dos termos dos contratos firmados entre a companhia e partes relacionadas;
c) Divulgação, em bases mensais, das negociações de valores mobiliários e derivativos de emissão da companhia por parte dos acionistas controladores;
d) Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários;

Foram examinadas as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP´s) do exercício findo em 31/12/2010 publicadas pelas empresas listadas e disponibilizadas no portal eletrônico da BM&FBovespa até 18/07/2011, data em que somavam 123 empresas neste segmento. Destas 123 empresas foram excluídas aquelas que não apresentaram, em notas explicativas, qualquer divulgação sobre partes relacionadas. Foram também excluídas as empresas cujas demonstrações contábeis de 31/12/2010 não estavam disponíveis.

A amostra levantada ficou então composta por 118 companhias:

População e amostra da pesquisa

Setor de Atuação	**População**	**Empresas Excluídas**	
		Sem divulgação sobre partes relacionadas	**Demonstrações Contábeis Indisponíveis**
Bens Industriais	10		
Construção e Transporte	32	-1	
Consumo Cíclico	17		
Consumo Não Cíclico	23		-2
Financeiro e outros	17	-1	-1
Materiais Básicos	6		
Petróleo, gás e biocombustíveis	5		
Tecnologia da Informação	4		
Utilidade Pública	9		
Total	**123**	**-2**	**-3**
Amostra Final	**118**		

A divisão por setores de atuação foi realizada conforme critérios adotados pela BMeFBovespa para classificação das empresas. Na amostra selecionada os setores incluem empresas com as seguintes atividades:

- Bens Industriais: Equipamentos elétricos, máquinas e equipamentos industriais, motores e compressores, material aeronáutico, material rodoviário e serviços diversos;
- Construção e Transporte: Construção civil, intermediação imobiliária, materiais de construção, serviços de engenharia, exploração de rodovias, serviços de apoio e armazenagem e transporte rodoviário, hidroviário e rodoviário;

- Consumo Cíclico: eletrodomésticos, tecidos, vestuário e calçados, aluguel de carros, programas de fidelização, serviços educacionais, hotelaria, restaurantes, produção de eventos e shows e produtos diversos;
- Consumo Não Cíclico: agricultura, açúcar e álcool, carnes e derivados e alimentos diversos, medicamentos, produtos de uso pessoal e serviços médico hospitalares, análises e diagnósticos;
- Financeiro e outros: exploração de imóveis, bancos, corretoras de seguros, seguradoras e serviços financeiros diversos;
- Materiais Básicos: madeira, papel e celulose, minerais metálicos e fertilizantes e defensivos;
- Petróleo, gás e biocombustíveis: equipamentos e serviços, exploração e/ou refino;
- Tecnologia da Informação: computadores e equipamentos, programas e serviços;
- Utilidade Pública: água e saneamento e energia elétrica;

3.4 Proceder Metodológico

3.4.1 Identificação da Variável Explicada – Nível de Evidenciação sobre Partes Relacionadas

Definida a amostra objeto do estudo, passou-se ao exame das Notas Explicativas (NE´s) das Demonstrações Financeiras Padronizadas.

Através deste exame foi possível identificar o grau de cumprimento das empresas a cada uma das determinações obrigatórias constantes do CPC 05 – Quadro 01. Para cada uma das 11 (onze) divulgações obrigatórias foi criada uma variável dicotômica que recebeu o valor 1 (quando mencionada pela empresa) ou o valor 0 (quando não mencionada pela empresa).

A partir desta pontuação atribuída às divulgações oferecidas nas Demonstrações Contábeis de 2010 foi possível estruturar um ranking das 118 empresas analisadas, apurando-se o total de itens divulgados e, portanto, que atenderam às exigências das normas contábeis. Esta variável, denominada “rank”, é a que se pretende explicar no presente estudo.

Esclarece-se ainda que tal pontuação atribuída às companhias não tem a pretensão de captar a qualidade das informações disponibilizadas pelas companhias. A pontuação considera apenas se a companhia apresentou ou não, em nota explicativa, divulgação sobre item obrigatório, conforme requerido pela Deliberação CVM 560/2008.

Ressalta-se que tal metodologia não penaliza empresas que porventura não tinham informação a divulgar, afinal, grande parte das informações consideradas refere-se à empresa afirmando a ausência e/ou não aplicabilidade da informação obrigatória requerida pelas normas. Este é o procedimento recomendado, afinal, o conteúdo dos CPC´s são entendidos como conteúdos mínimos obrigatórios e, por isso, satisfação deve ser dada ao usuário das demonstrações contábeis sobre a não aplicabilidade daquele item de divulgação naquela entidade.

Além do ranking de pontuação de cada empresa, os levantamentos permitiram tabular de forma conjunta, a quantidade de empresas que atenderam a cada item de divulgação obrigatória, conforme demonstrado no quadro apresentado a seguir:

Síntese das divulgações de partes relacionadas apresentadas pelas empresas

Divulgações Obrigatórias conf. CPC 05		
Item de Divulgação	**Quantidade de empresas que divulgaram**	**% em relação à amostra de 118 empresas**
1. Relacionamentos entre controladora e controlada, sem transações no período.	8	6,8%
2. Remuneração do pessoal chave da administração no total e para as categorias:		
a) benefícios de CP a empregados e administradores;	103	87,29%
b) benefícios pós emprego;	55	46,61%
c) outros benefícios de longo prazo;	52	44,06%
d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e	35	29,66%
e) remuneração baseada em ações;	83	70,34%
3. Relacionamento com transações entre partes relacionadas, por categorias elencadas no item 18 do CPC 05:		
a) natureza do relacionamento;	92	77,97%
b) montante das transações;	72	61,02%
c) montante dos saldos existentes e:	112	
(i) seus termos e condições, incluindo se estão ou não com cobertura de seguro, e a natureza da remuneração a ser paga; e (ii) informações de quaisquer garantias dadas ou recebidas;		94,91%
d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada aos saldos;	6	5,08%
e) Despesa reconhecida durante o período relacionada a dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas;	3	2,54%

3.4.2 Identificação das Variáveis Explicativas

As hipóteses do presente estudo passam então por identificar quais fatores favorecem a compreensão do comportamento das empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, no que se refere às políticas de divulgação sobre partes relacionadas, dentro de um contexto de adoção das normas internacionais, considerando-se informações obrigatórias.

Para análise dos dados coletados, foram consideradas divulgações obrigatórias as evidenciações exigidas pela Deliberação CVM 560/2008 que aprovou o CPC 05, versão aplicável ao exercício de 2010.

Teoricamente, diferentes hipóteses poderiam influenciar a política e motivação da empresa em oferecer maior ou menor divulgação dentro das demonstrações financeiras. Macagnan (2009) aponta alguns fatores como inserção da empresa no mercado de capitais, preocupação da direção da empresa em explicar as perdas e ganhos da empresa, a ameaça de litigação, entre outros.

Assim, no presente trabalho foram testadas as hipóteses apresentadas a seguir, dentro da metodologia desenvolvida por Macagnan (2009), com adaptações. Assim, supõe-se que a evidenciação sobre partes relacionadas correlaciona-se com as variáveis explicativas a seguir, resumidas na tabela 02:

H_1 ► positivamente com o tamanho da empresa: em teoria, as grandes empresas possuem mais partes relacionadas, maior número de contratos, projetos, atividades, produtos e financiamentos, portanto, maior demanda informativa. Além disso, estão constantemente sujeitas a auditorias;

Esta hipótese foi representada, segundo Macagnan (2009) por duas variáveis: (1) valor total das vendas e (2) valor total do ativo.

H_2 ► positivamente com o resultado da equivalência patrimonial: quanto maior a rentabilidade das empresas coligadas e controladas, significa que o investimento não está consumindo capital que é do investidor e, portanto, maior evidenciação será dada, a fim de demonstrar o bom desempenho do investimento;

Hipótese representada pelo valor total do resultado da equivalência patrimonial.

H_3 ► positivamente com o setor a que pertence a empresa: Há pouca probabilidade de que os níveis de evidenciação no relatório anual sejam os mesmos em todos os setores da economia (MEEK et al, 1995, apud MACAGNAN, 2009);

A hipótese setor foi representada pela variável que reconhece oito categorias de empresas, baseada na classificação de setores da BM&FBovespa, presentes no Novo Mercado, a saber: Bens Industriais; Construção e Transporte; Bens e serviços de consumo cíclicos; Bens e Serviços de consumo não cíclicos; Financeiro e outros; Materiais Básicos; Petróleo, gás e biocombustíveis e Utilidade Pública.

H_4 ► positivamente com a quantidade de anos de constituição da empresa: quanto mais anos de existência possuir a empresa, maior sua experiência e responsabilidade em oferecer à divulgação mais detalhes sobre as partes relacionadas;

Constituída pela variável que apura o tempo de constituição da empresa até o ano de 2010.

Síntese das hipóteses e variáveis selecionadas

Hipóteses	**Variáveis/ Coeficiente associado**	**Identificação**
1. Tamanho	Vendas	Vendas
	Ativo Total	Ativo
2. Resultado da Equivalência Patrimonial	Resultado da Equivalência Patrimonial	REP
3. Setor	Bens Industriais	BInd
	Construção e Transporte	Constr
	Bens e Serviços de Consumo Cíclicos	ConsCicl
	Bens e Serviços de Consumo não Cíclicos	NaoCicl
	Financeiro e outros	Financ
	Materiais Básicos	MBasi
	Petróleo, gás e biocombustíveis	Petro
	Tecnologia da Informação	TecInf
	Utilidade Pública	Útil
4. Anos de constituição	Anos de Constituição	Idade

3.4.3 Modelos econométricos utilizados e análise dos resultados:

Observa-se que a variável dependente, pontuação das empresas quanto à divulgação sobre partes relacionadas, apesar de sua origem tratar-se de caráter qualitativo, dicotômico, a variável em si é de caráter quantitativo (soma das pontuações 0 ou 1). Assim, utilizou-se a regressão linear múltipla, cujas variáveis explicativas, incluem variáveis quantitativas (vendas, ativo total, resultado da equivalência patrimonial e idade da companhia) e qualitativas (setor de atuação da empresa).

As variáveis Dummy representativas do setor de atuação da empresa foram inseridas no software estatístico *STATA 11*, recebendo 1 para se a companhia pertence àquele determinado setor e 0 para se a companhia pertence a qualquer outro setor. O setor usado como base para comparação foi o de Construção e Transporte por conter a população mais representativa em quantidade.

O modelo estruturado que melhor se ajustou ao objetivo da pesquisa e às características dos dados analisados foi o apresentado a seguir, extraído a partir do software *STATA 11*. Ressalta-se que durante os testes de multicolinearidade verificou-se alto grau de correlação entre as variáveis ‘vendas’ e ‘ativo’, o que já se esperava, afinal, estão explicando a mesma hipótese. Desta forma, o modelo mais adequado considerou apenas a variável ‘Ativo Total’ para dimensionar o tamanho das companhias:

Quadro Resumo dos Testes Estatísticos:

Variável	Coeficiente	Estatística – t
Conscicl	1,2372	2,03
Idade	0,0207	2,03
Intercepto	4,0456	9,62
R^2 N° de obs.:	0,1434 117	

Rank = 4,0456 + 1,2372 * ConsCícl + 0,0207*Idade

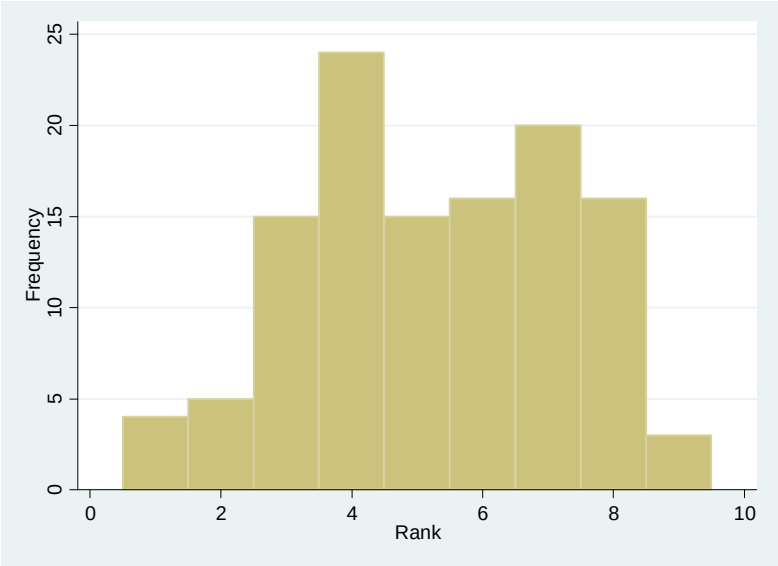
Ante a insignificância estatística das demais variáveis assumidas como explicativas pode-se concluir que fatores como tamanho da empresa e resultado da equivalência patrimonial não exercem influência para a maior ou menor divulgação sobre partes relacionadas em notas explicativas. É possível afirmar que há alguma influência do tempo de atuação da companhia para uma melhor divulgação dos itens obrigatórios sobre partes relacionadas, além de que empresas do setor de bens de consumo cíclicos apresentam maior divulgação se comparada ao nível de divulgação das empresas do setor de construção e transportes, tomado como base de comparação.

Do estudo realizado ressalta-se que as três maiores pontuações (nota nove) foram obtidas pelas empresas Autometal S.A, BRF-Brasil Foods S.A. e Diagnósticos da América S.A. – DASA, todas com mais de quarenta anos de existência. Se considerar-se pontuação acima de sete, 39 empresas são enquadradas e destas, 30 têm mais de 10 anos de existência.

Na análise realizada, apesar de o R^2 encontrado apresentar nível bastante reduzido, nota-se que o intercepto é estatisticamente significativo, representando, portanto uma pontuação média dentre as obtidas pelas empresas componentes da amostra, pertencentes ao segmento de governança corporativa – Novo Mercado – da BM&FBovespa. É possível, através desta análise, inferir pela baixa pontuação nos níveis de divulgação, considerando-se divulgação obrigatória, requerida pelo CPC 05, aprovado pela Deliberação CVM 560/2008.

Pelo gráfico a seguir, indicativo da freqüência de pontuações obtidas pelas Companhias pesquisadas, do total de onze pontos distribuídos para as divulgações constantes das notas explicativas percebe-se que a maior nota foi nove e, a maior freqüência de pontuações foi exatamente na nota quatro, representativa do intercepto.

Gráfico: Freqüência de pontuações obtidas pela amostra – Variável Rank



Além disso, através do teste de Breusch-Pagan foi possível confirmar que no modelo estimado não há presença de heterocedasticidade para as variáveis consideradas em conjunto ou individualmente, portanto, considerando-se que as variâncias são constantes.

Teste de Breusch-Pagan – Para heterocedasticidade:
H_0: Variância Constante

Variável: Ativo
Chi2(1) = 0,52
Prob > chi2 = 0,4701

Variável: REP
Chi2(1) = 0,12
Prob > chi2 = 0,7291

A correta especificação do modelo foi comprovada ainda através do teste RESET que concluiu que o modelo não tem variáveis omitidas.

Teste Ramsey **RESET** – Para erro de especificação do modelo:
H_0: Modelo não possui variáveis relevantes omitidas
F(9, 97) = 1,36
Prob > F = 0,2148

Dos dados encontrados percebe-se que, apesar da grande importância da divulgação transparente dos relacionamentos com partes relacionadas, pouco se evidenciou na prática, mesmo em um segmento de empresas que deveriam primar pela transparência e um alto nível de governança corporativa. A percepção portanto é de que, medidas devem ser tomadas como resposta a esta situação. Os órgãos reguladores e normatizadores deram o passo inicial ao inserir no mercado brasileiro as normas técnicas. Resta, portanto, a implementação de reforço na fiscalização do processo de divulgação das demonstrações financeiras pelos auditores externos e órgãos fiscalizadores, além de uma mudança cultural na administração das empresas e na comunidade financeira como um todo, usuários interessados nas demonstrações contábeis.

5 Considerações Finais

O presente estudo abordou tema de grande relevância na atualidade na tentativa de identificar possíveis fatores que favorecem a compreensão de maior ou menor divulgação de transações com partes relacionadas. Foram abordadas evidenciações obrigatórias requeridas pelo CPC 05, aprovado pela Deliberação CVM 560/2008, alterada pela Deliberação 642/2010.

Através da metodologia adotada foi possível estruturar um ranking das pontuações obtidas pelas empresas através das divulgações de informações obrigatórias sobre partes relacionadas conforme CPC 05. Percebeu-se que nenhuma companhia obteve o total dos onze pontos. As maiores falhas de divulgação encontradas foram no item de informação dos relacionamentos entre controladora e controlada sem transações no período e nos itens de informação quanto à provisão e ao registro da despesa com créditos de liquidação duvidosa de partes relacionadas ou dívidas incobráveis.

O estudo concluiu ainda que o nível de evidenciação de informações sobre partes relacionadas nas notas explicativas das companhias é explicado principalmente pelo tempo de

existência da companhia, representada pela variável idade e, empresas do setor de bens de consumo cíclicos apresentaram maior nível de divulgação sobre partes relacionadas, se comparados com o setor de Construção e Transportes, tomado como variável base de comparação.

É salutar registrar ainda que a grande maioria das divulgações sobre partes relacionadas encontradas nas demonstrações contábeis analisadas apresentam-se bastante resumidas e com informações por vezes confusas, favorecendo interpretações dúbias ou equivocadas. A qualidade das informações disponibilizadas não foi objeto deste estudo, o que se recomenda para estudos futuros. Tal diferencial de qualidade pode ser obtido, atribuindo-se pesos diferentes às notas obtidas.

O estudo ora apresentado é uma iniciativa que busca incentivar novas metodologias e novas pesquisas para melhor compreensão dos níveis de divulgação sobre partes relacionadas, tema de grande importância para atendimento dos principais objetivos das políticas de Governança Corporativa.

Futuros estudos também são recomendados no sentido de poder-se associar a nota de divulgação sobre partes relacionadas ao grupo empresarial, ou seja, considerando-se as demonstrações contábeis consolidadas, além de incluir novas variáveis, não captadas por este estudo, capazes de favorecer a compreensão do nível de evidenciação dos relacionamentos com partes relacionadas, como a variável de internacionalização da companhia, obtido pelo índice de receitas de exportações sobre receita total.

Recomenda-se ainda a realização de análise comparativa com empresas do mercado tradicional das empresas listadas na BMeFBovespa com o objetivo de verificar a ocorrência de melhor evidenciação pelas empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa, como o Novo Mercado.

Referências

BAPTISTA, E.M.B. Ganhos em transparência versus novos instrumentos de manipulação: o paradoxo das modificações trazidas pela Lei 11.638. RAE. São Paulo. V.49. n˚ 2 – abril/junho 2009. p. 234-239.

BEUREN, I. M., et al. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BM&FBOVESPA. Empresas enquadradas no segmento especial de governança corporativa – Novo Mercado. Disponível em http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br acesso em 12/05/2011.

BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 9º, 2009. São Paulo. *Anais*... São Paulo: USP, 2009.

BUENO, A.F. Problemas de Disclosure no Brasil – O caso das empresas com ações no exterior. Caderno de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, n° 20 – janeiro a abril 1999.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – Deliberação n˚ 560/2008 e 642/2010 – Aprova o CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – Deliberação n˚ 605/2009 – Aprova o CPC 18 – Investimento em coligada e em controlada.

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1985.

HOOG, W. A. Z. – Contabilidade: Um Instrumento de Gestão com uma abordagem transdiciplinar – Curitiba: Juruá, 2007.

LIMA, E. M. Análise comparativa entre o índice disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil: uma abordagem da Teoria da Divulgação. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29052009-110807/>. Acesso em: 17 maio 2011.

MACAGNAN, C.B. Evidenciação Voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. Revista Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 46-61, maio/agosto 2009.

MALACRIDA, M.J.C, YAMAMOTO, M.M. Governança Corporativa: Nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. Revista Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo. Edição Comemorativa, p. 65-79, setembro/2006.

PONTE, V.M.R., LUCA, M.M.M., OLIVEIRA, M.C., AQUINO, L.D.P. de. Análise do grau de cumprimento das práticas de divulgação definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 no âmbito das companhias abertas. Anais do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade 2010. Disponível em http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos102010/325.pdf. Acesso em 12/05/2011.

SILVEIRA, A.D.M.da., PRADO, V.M., SASSO, R. Transações com partes relacionadas: estratégias jurídicas e relação com a governança corporativa e valor das empresas no Brasil. 2009. Disponível em http://www.ceg.org.br/arquivos/02_2009.pdf, acesso em 03/04/2011.